

## Resenha: A identidade tupiniquim em meio à aldeia política global

Lucas Emanuel de Oliveira Silva<sup>1</sup>

---

LAFER, Celso. **Identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. Editora Perspectiva, 2009.

---

Formado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre e Doutor em Ciência Política pela *Cornell University*, Estados Unidos, professor titular da Faculdade de Direito da USP e Ministro das Relações Exteriores em 1992 e 2001, Celso Lafer, um dos mais proeminentes pensadores brasileiros nas áreas do Direito e das Ciências Humanas e Sociais, destaca-se por conseguir conciliar, de maneira exitosa, suas longas trajetórias acadêmica e profissional.

O livro *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro* (2009) é fruto da experiência de Lafer no exercício da atividade diplomática, somada a sua desenvoltura e maturidade acadêmica. Nele, o autor propõe realizar “[...] um balanço de minhas [suas] pesquisas e reflexões de muitos anos sobre a política externa brasileira [...]” (Lafer, 2009, p.13).

A obra como um todo está estruturada em seis capítulos que tratam dos desafios envolvidos na construção de uma identidade nacional em meio ao fenômeno da globalização e sobre como isso afeta o posicionamento do Brasil em questões de política externa. Inicialmente, o autor aborda o relacionamento entre identidade e política externa. Em seguida, faz-se uma retrospectiva histórica da política externa, abordando desde aspectos relacionados à formação territorial até o desenvolvimento político-econômico brasileiro. Por fim, o livro oferece uma reflexão sobre para aonde caminhará o Brasil, dadas as circunstâncias atuais, no cenário internacional.

O primeiro capítulo, que trata do significado da identidade internacional em um mundo globalizado, destaca a dificuldade presente no processo de construção de uma identidade, seja

---

<sup>1</sup>Aluno da graduação em Ciência Política, com ênfase em Relações Internacionais, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

ela individual ou coletiva. No plano coletivo, o pensador brasileiro alega que o processo de construção de identidade se alicerça na ideia de um interesse comum que leva as pessoas a se identificarem umas com as outras e, a partir disso, compartilharem novas ideias e valores, algo semelhante ao que acontece no contrato social de Rousseau (2010). A identificação dos interesses comuns é o principal pressuposto para a elaboração de uma política externa, pois, a partir dessa, consegue-se “traduzir necessidades internas em possibilidades externas para ampliar o poder de controle de uma sociedade sobre seu destino” (Lafer, 2009, p.16).

Nesse contexto de identidade, Lafer aponta que a diferença entre o interno e o externo tornou-se tênue em função das inovações tecnológicas advindas dos intensos fluxos da globalização, que permitiram uma maior integração entre indivíduos e processos. Além disso, há a importância dos Estados e Governos como entidades públicas de intermediação entre essas duas esferas, destacando a atuação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) como um importante instrumento no processo de construção da identidade internacional brasileira.

O segundo capítulo discorre sobre as origens históricas da construção da identidade internacional brasileira diante de seu território continental. Apropriando-se do pensamento de Kennan (1994), Celso Lafer enquadra o Brasil na categoria de “*monster country*”, designada para representar países com grandes dimensões geográficas, econômicas e políticas, tais como Estados Unidos, Rússia, China e Índia. Analisando os primórdios da formação territorial brasileira, o autor enfatiza o papel da questão territorial sobre a formação da identidade internacional.

Em relação às grandes personalidades nacionais, o ex-chanceler destaca a importância do Barão de Rio Branco como um dos maiores personagens políticos da história brasileira. Além de solucionar os problemas fronteiriços do Brasil no início do século XX, o Barão direcionou as ações diplomáticas brasileiras para uma moderação construtiva, colocando o país em uma posição de mediação pacífica e cooperativa diante das controvérsias internacionais, de maneira a mitigar a ganância política pelo poder.

O terceiro capítulo versa sobre a relação do Brasil com seus vizinhos sul-americanos e a importância dessa relação na formação da identidade internacional. O pensador ressalta, novamente, a atuação de Rio Branco na consolidação das fronteiras com os países vizinhos procurando estabelecer uma relação de união e amizade. Além disso, o cenário sul-americano

exerce muita importância não só na construção da identidade internacional, como também dos traços característicos da política externa brasileira.

Além das questões políticas, Lafer também destaca que a manutenção de uma boa relação com os países vizinhos gera importantes vínculos econômicos, o que proporciona um fortalecimento nos processos de regionalização, como, por exemplo, a formação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALAC), a Associação Latino-Americana de Desenvolvimento (ALADI), os Tratados da Bacia do Prata (1969), do Paraguai (1973), de Cooperação da Amazônia (1978), além do Mercosul (1991).

A posição do Brasil na assimetria do Sistema Internacional é abordada no quarto capítulo. Nele, o autor afirma que as relações nacionais com países de fora do contexto sul-americano se davam por meio de assimetrias, com o predomínio das potências hegemônicas. Tido como uma potência média de escala continental, ou um “*monster country*” não assustador, em função da falta de excedentes político, econômico e cultural, como aponta Saraiva Guerreiro (1992), o Brasil passou a adotar uma tática “grociana”, buscando solucionar as ações de conflito e cooperação por meio da diplomacia e atuando como mediador dos interesses das potências e dos demais países.

Celso Lafer também destaca que as articulações em áreas específicas e as mediações em embates entre países centrais e periféricos exercem um papel gerador de *soft-power*, algo característico da diplomacia brasileira, o que acaba proporcionando um espaço para a defesa dos interesses nacionais na seara internacional e tornando-se um componente da identidade internacional brasileira.

O papel do nacionalismo na construção da identidade internacional é abordado no quinto capítulo. Historicamente, o nacionalismo brasileiro possui a característica de ser voltado para a integração interna do espaço nacional, sendo denominado assim de nacionalismo de fins ou desenvolvimentista, e não um nacionalismo de caráter expansionista. Nesse sentido, a Revolução de 1930, de acordo com Lafer, é um dos principais acontecimentos da história brasileira pelo fato de ter proporcionado mudanças seminais na estrutura política da época, o que contribuiu para o desenvolvimento de um ideal nacionalista, fazendo com que a política externa e a diplomacia brasileira incorporassem duas características: a) emancipação e b) realização dos objetivos internos na seara internacional.

Essas características, presentes desde a década de 1930 até os fins da de 1980, fizeram com que o corpo diplomático brasileiro mobilizasse recursos para a política de substituição de importações com o intuito de promover o desenvolvimento com base na industrialização. Além de ter levado à construção de um espaço de autonomia nacional em função das oportunidades de crescimento surgidas, como também ao distanciamento do país dos eixos de tensão presentes no Sistema Internacional ao longo desse período.

O sexto e último capítulo trata da questão do desenvolvimento como um desafio do século XXI. Para Lafer, tal questão ainda é um dos lemas da política externa brasileira. O fenômeno da globalização, segundo ele, mudou completamente os paradigmas do contexto internacional, pois as polarizações Leste/Oeste e Norte/Sul deixaram de estruturar o sistema como um todo. Essa despolarização deu origem a duas lógicas que funcionam numa “dialética contraditória de mútua complementariedade” (Lafer, 2009, p.109): a) lógica da globalização e b) lógica da fragmentação. Ambas as lógicas só podem ser compreendidas no bojo de uma globalização assimétrica. Diante dos desafios impostos por essa globalização assimétrica, o mundo internalizou-se e, como consequência, o nacionalismo desenvolvimentista torna-se inoperante, deixando de ser um dos pilares da política externa brasileira.

O autor afirma que o desafio da política externa brasileira é a preservação de seu espaço próprio, no âmbito doméstico, para poder lidar com o efeito da internalização do mundo. Ou, utilizando a metáfora musical exposta pelo pensador, pode-se dizer que o desafio “é o de buscar condições para entoar a melodia da especificidade de cada país em harmonia com o mundo” (Lafer, 2009, p.122).

Por fim, e não menos importante, o posfácio contém um balanço da atuação de Lafer enquanto Ministro de Estado das Relações Exteriores. O autor realiza uma análise da ordem mundial pós 11 de setembro e uma avaliação das administrações de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula no tocante à condução da política externa brasileira. De acordo com Lafer, as transformações ocorridas no sistema internacional, após os atentados às Torres Gêmeas, não geraram tensões e controvérsias no âmbito regional, diferentemente do que ocorreu no Oriente Médio. Além disso, o autor afirma que o governo FHC deixou um legado positivo no que se refere à política externa, proporcionando um avanço qualitativo na inserção do Brasil no mundo. Em relação ao Lula, o autor prefere tratar com cuidado, já que, até a produção desta edição do livro, o governo ainda era vigente. No entanto, Lafer identifica no

plano da postura, uma tentativa de desassociar-se ao passado e fincar-se como novo. Contudo, no plano prático, o governo Lula carrega elementos de continuidade da atuação do governo anterior.

### Referencias bibliográficas

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Lembranças de um empregado do Itamaraty**. Editora Siciliano, 1992.

KENNAN, George F. **Around the Cragged Hill**: a personal and political philosophy. WW Norton & Company, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Porto Alegre: L&PM, 2010, 160p.